



Ilka Miglio de Mesquita
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Vera Lúcia Nogueira
(Organizadoras)

MODERNO,

MODERNIDADE

E MODERNIZAÇÃO:

a educação nos projetos de Brasil -
séculos XIX e XX

(volume 3)


COLEÇÃO
Pensar a Educação
PENSAR O BRASIL • 1822 - 2022
Série Estudos Históricos

M
MAZZA
edições

Ilka Miglio de Mesquita
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Vera Lúcia Nogueira
(Organizadoras)

**MODERNO,
MODERNIDADE
E MODERNIZAÇÃO:**

a educação nos projetos de Brasil -
séculos XIX e XX

(volume 3)



MODERNO, MODERNIDADE E MODERNIZAÇÃO:

a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX (Vol.3)

Copyright © 2015 by Ilka Miglio de Mesquita, Raylane Andreza Dias Navarro Barreto e

Vera Lúcia Nogueira (Organizadoras)

Todos os direitos reservados

COLEÇÃO PENSAR A EDUCAÇÃO PENSAR O BRASIL

Comitê Editorial

Vera Lúcia Nogueira (UEMG – coordenadora)

Cleide Maria Maciel de Melo (GEPHE/UFMG)

Ilka Miglio de Mesquita (UNIT)

Juliana Cesário Hamdan (UFOP)

Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG)

Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (UFMG)

Marcus Vinícius Corrêa Carvalho (UFF)

Maria do Carmo Xavier (PUC Minas)

Marileide Lopes dos Santos (RME/PBH – GEPHE/UFMG)

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (UNIT)

Rosana Areal de Carvalho (UFOP)

Tarcísio Mauro Vago (UFMG)

Série Estudos Históricos

Coordenação

Juliana Cesário Hamdan (UFOP)

Marcus Vinícius Corrêa Carvalho (UFF)

Capa

Túlio Oliveira

Revisão

Christiane Maurício Cornélio

Projeto Gráfico e diagramação

Casadecaba Design e Ilustração

M689 Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – Séculos XIX e XX / Ilka Miglio de Mesquita, Raylane Andreza Dias Navarro Barreto e Vera Lúcia Nogueira (organizadoras). – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

276 p ; 16x23cm – V.3 – (Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil. Série Estudos Históricos).

ISBN: 978-85-7160-660-9

1. Educação - Brasil – Séc. XIX. e XX. 2. Educação – História –Séc.XIX e XX.
3. Modernidade. 4. Educação e Estado. I. Mesquita, Ilka Miglio de. II. Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro. III. Nogueira, Vera Lúcia.

CDD: 370.981

CDU: 37(81)

Produção Gráfico-editorial

MAZZA EDIÇÕES LTDA.

Rua Bragança, 101 – Pompeia

30280-410 BELO HORIZONTE – MG

Telefax: + 55 (31) 3481-0591

email: edmazza@uai.com.br

site: www.mazzaedicoes.com.br

Sumário

Apresentação.....	9
Introdução	13
O moderno Tobias Barreto de Menezes no Brasil Império	23
<i>Raylane Andreza Dias Navarro Barreto</i>	
Projeto de Brasil na imprensa pernambucana: a proposta de Miguel do Sacramento Lopes Gama para a educação das mulheres no século XIX.....	45
<i>Marcília Rosa Periotto</i>	
Notas a partir da análise do léxico sobre modernidade, gênero e educação mobilizado na Paraíba oitocentista.....	63
<i>Matheus da Cruz e Zica e Patrícia Barros de Oliveira</i>	
O Brasil para argentino ler: aproximações do livro <i>El Brasil intelectual:</i> impresiones y notas literarias, de Garcia Mérou	81
<i>Luciano Mendes de Faria Filho e Bruna Marinho Valle Roriz</i>	
“A hora atual do mundo”: Carneiro Leão, Orestes Guimarães e a modernidade educacional no Brasil dos anos de 1920	97
<i>Solange Aparecida Hoeller, Carolina Ribeiro Cardoso da Silva e Vera Lucia Gaspar da Silva</i>	
Educação e Ciências Sociais: discussões do intelectual brasileiro João Roberto Moreira (1912-1967)	117
<i>Lezianny Silveira Daniel</i>	
O outro como modelo, exemplo ou lição: nações estrangeiras e a instrução pública em Minas Gerais no século XIX.....	133
<i>Rita Cristina Lima Lages</i>	

Apresentação

A incumbência de apresentar o livro *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX*, volume 3, organizado pelas pesquisadoras Ilka Miglio de Mesquita, Raylane Andreza Dias Navarro Barreto e Vera Lúcia Nogueira, é das mais prazerosas, uma vez que essa coletânea reúne pesquisadores que admiramos pela qualidade do conhecimento historiográfico que produzem. Em seu conjunto, os capítulos reunidos colocam em discussão projetos de Brasil nos séculos XIX e XX, a partir dos seguintes eixos investigativos: intelectuais e espaço público, processos de escolarização e educação dos sentidos e das sensibilidades.

Como consultores do projeto iniciado em 2009 e que tornou possível esta obra e outras publicadas anteriormente, acompanhamos as pesquisas e, sobretudo, o processo gradativo e regular de refinamento das práticas historiográficas que orientaram a escrita de cada um dos textos produzidos, de maneira que estamos familiarizados com as questões tratadas e com o *modus operandi* do grupo de pesquisa. Sobre essa maneira de operar, cabe destacar o processo de intensa e contínua discussão que o grupo vem realizando, envolvendo pesquisadores de diferentes níveis de formação e filiação institucional. Esse tipo de trabalho coletivo, *de per se*, merece reconhecimento, uma vez que exige um dispêndio significativo de energias para coordenar experiências e visões próprias da multiplicidade de personalidades e de realidades envolvidas. Desse modo, a obra em tela, não representa a reunião episódica de pesquisadores e textos, mas sim um trabalho coletivo de pesquisa que vem proporcionando a produção de conhecimento cumulativo em torno do tema da modernidade, a partir da problematização das trajetórias e dos discursos dos intelectuais brasileiros no período circunscrito pela investigação.

Sobre o tema e o enfoque metodológico que ampara, em ampla e flexível moldura, os capítulos do livro, gostaríamos de destacar o enfrentamento de um

dilema vivenciado pelo campo da História da Educação. São conhecidas as críticas produzidas nos cenários nacional e internacional, desde meados dos anos 1980, à tradição de escrita da História da Educação, sintonizada com os métodos da História da Filosofia e que produziram uma história das ideias pedagógicas apartada das práticas, dos espaços e dos agentes do campo educacional. Um dos resultados desse movimento revisionista pode ser expresso pela seguinte questão: a assunção da crítica ao modo filosófico de narrar a História da Educação significa renunciar à análise histórica das ideias pedagógicas? Parte dos pesquisadores envolvidos no debate entendeu que, de fato, a história das ideias seria sempre um gênero filosófico que não se aproxima dos estudos históricos. Logo, seriam necessários novos objetos, fontes e, sobretudo, maneiras diferenciadas de pensar a História da Educação. Esse movimento, extremamente complexo e positivo para o campo, passou a tratar de conceitos e problemas como cultura escolar, práticas, representações, memórias, leitura e escrita, cultura material, espaço e tempo escolares. Não obstante, outro grupo, enfrentou a questão de forma diversa, qual seja: é possível manter na pauta historiográfica os estudos sobre o pensamento educacional, contudo será necessária uma revisão profunda dos métodos aplicados nesse tipo de investigação, incluindo-se uma readequação do léxico e do aparato conceitual mobilizado. Relacionada a esse tipo de resposta à questão acima formulada, identificamos a aproximação dos pesquisadores com duas linhas de trabalho: a história intelectual e a dos intelectuais.

O conjunto de capítulos que compõe este livro parece-nos exatamente nessa posição: rever os métodos, o léxico, o tratamento das fontes, mas sem perder de vista o potencial historiográfico do processo de produção e de circulação de ideias e de projetos educacionais. Sendo assim, os termos modernização, modernidade e modernismo não foram abordados como ideias, entendidas como arquétipos de natureza transcendente, mas sim como significados mobilizados por discursos, situados na diacronia e na sincronia, a partir da identificação dos protagonistas que engendraram e propagaram esses sentidos, bem como das suas motivações e dos seus lugares de enunciação. Os arautos da modernização foram nomeados e concebidos como intelectuais, exigindo assim uma reflexão sistemática sobre os papéis social e político dessa elite em múltiplos cenários da História do Brasil. Outro conceito mobilizado foi o de repertório, o que sugere a percepção do discurso educacional como uma evidência da tensão entre liberdade e constrangimento que envolve todo ato discursivo. Nesses termos, os intelectuais foram analisados, por um lado, como sujeitos da ação discursiva, abarcando suas habilidades retóricas de formulação e de produção de efeitos de verdade. E, por outro,

foram também caracterizados como reféns de um repertório possível, de um jogo de linguagem social e tacitamente construído, que estabelece os limites do que é possível dizer e, como consequência, fazer no que diz respeito à educação.

A noção de modernidade, acompanhando a perspectiva de Koselleck, assume a condição de um conceito fundamental dos léxicos político e social, logo, tem como característica peculiar a polissemia alargada. Dessa maneira, não basta afirmarmos que os intelectuais brasileiros dos séculos XIX e XX almejavam a modernidade, precisamos ir além, e interpretar em que sentido o termo foi empregado e, sobretudo, o que eles estavam fazendo e pedindo aos outros que fizessem quando defendiam a modernização do país. A impositação da questão nesses termos, tal como fizeram os autores, faz emergir um conjunto complexo, contraditório e diversificado de significados e de usos do termo modernidade, assim como dos seus pares semanticamente correlatos: modernismo e modernização. Essa é a aventura que este livro promete: pensar a disputa entre projetos de Brasil, tendo como protagonistas a *intelligentsia* brasileira e como móvel da discussão o sentido da modernização, incluindo todas as suas consequências no âmbito do campo educacional pertinentes à legislação, às reformas curriculares, às práticas de ensino, aos perfis docentes ou às hierarquias disciplinares. Batalhas semânticas, como já aprendemos a reconhecer, não são inofensivas, pois estas conformam maneiras de ser, viver e sentir, assumindo, na expressão de Marx, a consistência granítica das crenças populares.

Por todos os argumentos até aqui expostos, pensamos que este livro expressa três dimensões a serem exploradas na área da História da Educação: complexidade e desafios da prática historiográfica, especialmente no que se refere ao trabalho com as fontes, narrativas plurais da História da Educação e enredamentos de conhecimentos produzidos. O tratamento rigoroso dado a cada uma dessas dimensões, que se interpenetram, reafirma a densidade, a relevância e a abrangência do conjunto dos trabalhos produzidos. Desse modo, este terceiro volume publicado, assim como os seus antecessores, tem o sabor de ricos momentos de troca, de debates e de fertilização de ideias, em cujas dobras pode ser lido o fazer-se, no singular plural, da(s) História(s) da Educação brasileira.

Stanford/Vitória, primavera/outono, 2015.

Carlos Eduardo Vieira
Regina Helena Silva Simões

Introdução

Os textos que compõem este livro traduzem mais um resultado do investimento que os(as) pesquisadores(as) participantes do Programa de Pesquisa intitulado Moderno, modernidade, modernização: a educação nos projetos de Brasil – séc. XIX e XX¹ têm feito no sentido de dar a ver os projetos de Brasil que foram sendo produzidos ao longo dos séculos XIX e XX, por instituições e sujeitos, principalmente por aqueles que, sobretudo por meio da escrita, vieram a público apresentar propostas de compreensão e de ação sobre variados aspectos relacionados à nação brasileira, entre os quais se encontra a educação.

Ao estabelecer as suas ações investigativas num regime de temporalidades múltiplas, o Programa de Pesquisa acolheu, numa dupla dimensão, diacrônica e sincrônica, o trabalho coletivo e individual de pesquisadores(as) de diferentes estados e instituições brasileiras. Na primeira, buscou identificar os grandes momentos de debates sobre os projetos de Brasil, evidenciando seus principais questionamentos e tensões; e, na segunda, aprofundar tais debates compreendendo os jogos políticos, os embates e debates levados a efeito por sujeitos individuais ou coletivos nos microespaços das relações de poder. Vale a consideração importante de que os(as) pesquisadores(as) estiveram atentos(as) ao fato de que, em alguns momentos, sincronia e diacronia tornavam-se “duas faces de uma mesma moeda” e de que, tanto no trabalho coletivo quanto naquele realizado individualmente, era preciso atentar às articulações possíveis entre essas duas dimensões.

¹ Constituído em 2009, o Programa, coordenado pelo professor Dr. Luciano Mendes de Faria Filho, reúne diferentes investigações que se organizam em torno do interesse em problematizar processos históricos de gestão de projetos de Brasil. Tem como objetivo identificar e analisar o lugar ocupado pela educação nesses projetos, especialmente, no período de 1820 a 1970. A equipe de pesquisadores(as) é constituída de professores(as) e alunos(as) das seguintes instituições: PUC Minas, UDESC, UEM, UEMG, UFF, UFMG, UFOP, UFPB, UFRGS, UFSC e UNIT. O Programa é apoiado pela FAPEMIG e pelo CNPq.

Nesse processo, as concepções de moderno, de modernidade e de modernização funcionaram tanto como horizonte de articulação entre os grandes momentos, ou seja, voltaram-se para a indagação “em que medida os projetos de Brasil, discutidos nos séculos XIX e XX, envolveram tais noções?”, quanto como uma possível maneira de mostrar a especificidade de cada um dos períodos em relação aos demais, ou seja, procuraram evidenciar diferenças e continuidades presentes nas discussões e no debate público sobre o que seria um Brasil moderno no século XIX, ou nos anos 20, 30 ou 40 do século XX. O que aqui se fez foi flagrar essas expressões – moderno, modernidade e modernização – como repertório cultural das múltiplas realidades e temporalidades aqui investigadas, não as tomando, simplesmente, na sua dimensão filosófica abstrata ou como modelos paradigmáticos.

No entendimento de que a educação esteve na base de constituição desses projetos – é de que tais projetos foram defendidos por uma intelectualidade que ocupou a cena sociopolítica brasileira para expressar seus desejos, disputas, embates e seus dilemas –, este livro, tomado no seu conjunto, permite-nos compreender um país cuja preocupação constante com “A hora atual do mundo” mobilizou sujeitos que, a despeito dos itinerários distintos e plurais, engajaram-se, seja por meio da ocupação de cargos públicos, da utilização da imprensa periódica, ou da produção de livros, manuais, teses ou dissertações, em torno da construção de um entendimento e de uma projeção do que seria um Brasil moderno cujo ideário de modernidade mirava as nações europeias e a norte-americana.

Nesse sentido, ao folhear as páginas deste livro, sem necessariamente preocupar-se em ler os textos um após o outro, o(a) leitor(a) encontrará estudos sobre intelectuais que fizeram circular projetos, saberes, crenças e valores que em muito colaboraram para a configuração e a visibilidade da cultura brasileira, como é o caso de Tobias Barreto, mentor do movimento intelectual filosófico denominado Escola do Recife e, conseqüentemente, representante de boa parte dos intelectuais nordestinos a essa “Escola” vinculados. No texto, “O moderno Tobias Barreto de Menezes no Brasil império”, Raylane Andreza Dias Navarro Barreto mobiliza os conceitos de repertório e intelectual para mergulhar nos discursos do poeta, filósofo e jurista, evidenciando o curso de construção do pensamento social e do espaço público brasileiro, de maneira geral, e da educação, em particular. Nos debates em torno do projeto de lei intitulado paternogógio, e, ainda, em parte de sua obra, organizada em dez volumes, sobressai um intelectual fortemente engajado na defesa da educação superior feminina, contrariando a tradição, os costumes locais e os argumentos científicos,

utilizados como bandeira de luta em prol da preservação dos lugares destinados ao homem e à mulher brasileiros. Raylane percorre as obras de Tobias Barreto, vasculha os seus discursos, atenta aos comentários de seus críticos, não se esquecendo de perceber a ambiência cultural e as sociabilidades advindas dos contatos que ele manteve, mas, adverte-nos a autora, Tobias fora um personagem controverso, pois alimentou valores morais, criticou até aqueles que a quem admirava, criou laços de amizade e gerou inimigos, escreveu, propôs soluções, defendeu, atacou, mediou, engajou-se, pois tinha plena consciência da “República” que queria, e esta não poderia se constituir sem um projeto de educação para as mulheres. É de Tobias Barreto essa espécie de profecia: “Um dia haverá em que a escola dar-nos-á mães e esposas republicanas e reanimará o vigor dos costumes, sem os quais não pode existir um povo verdadeiramente grande” (BARRETO, 2012b, p. 112) .

Na esteira da defesa da educação feminina, Marcília Rosa Periotto destaca, em “Projeto de Brasil na imprensa pernambucana: a proposta de Miguel do Sacramento Lopes Gama para a educação das mulheres no século XIX”, a forte atuação da imprensa, em especial d’O Carapuceiro (1832-1845), jornal fundado por Lopes Gama em Recife. Marcília ressalta que a imprensa oitocentista, ao sobrepujar o caráter apenas informativo, difundindo ideias e saberes até então restritos a alguns indivíduos, ou a pequenos grupos, alterou a sua natureza passando a exercer uma função educativa, doutrinária e de crítica social e política, superando, assim, os limites apenas da informação. É essa nova imprensa que introduz um eloquente debate, na sociedade de então, concernente à educação da mulher, pautada pela religiosidade e moral, elaborado em meio a disputas entre os grupos políticos hegemônicos e à aspiração crescente por modernização social. No discurso de Lopes Gama, a autora chama a atenção para os interesses cristalizados numa visão de mundo amparada nas tradições católicas, mas, ao mesmo tempo, reveladores da impossibilidade de conter a penetração das práticas copiadas dos estrangeiros no cotidiano social brasileiro.

Os relatórios de presidente de província da Paraíba e, também, a imprensa local oitocentista são fontes de que se servem Matheus da Cruz e Zica e Patrícia Barros de Oliveira, em “Notas a partir da análise do léxico sobre modernidade, gênero e educação mobilizado na Paraíba oitocentista”. Num período histórico em que a escrita por meio do jornal era predominantemente masculina, a francesa Amandine Dupin, transitando entre os gêneros masculino e feminino, reveste-se do pseudônimo masculino George Sand para publicar em, duas edições do jornal A Ideia, uma espécie de biografia que, para Matheus e Patrícia, ressalta aspectos de “natureza femi-

nina” e exalta algumas de suas próprias atitudes masculinizadas. Lançando mão de semelhante estratégia, a suíça Cecilia Bohl, sob o pseudônimo de Fernan Caballero, escreve para *O Conservador*, na mesma época. De acordo com os autores, a partir das imagens escolhidas pela imprensa paraibana, para representar algumas mulheres escritoras, pode-se perceber o quão tênue é a fronteira que separa os gêneros. Nesse sentido, analisar os jornais, em especial as personagens de George Sand e Cecilia Bohl, fê-los perceber não somente o quão impactante foi, para os jornalistas brasileiros, o perfil composto por características que podem ser atribuídas aos gêneros feminino e masculino, mas, sobretudo, como mulheres escritoras tiveram seus trabalhos reconhecidos publicamente. Por certo, algumas qualidades foram exaltadas, mas outras foram omitidas, deixando claro que foi sob o olhar dos homens da imprensa que a pena escreveu a história de Amandine e de Cecília, mulheres que tomaram a palavra para ocupar o espaço público, na Paraíba oitocentista.

Luciano Mendes de Faria Filho e Bruna Marinho Valle Roriz, no texto “O Brasil para argentino ler: aproximações do livro *El Brasil Intelectual: impresiones y notas literarias*, de Garcia Mérou”, publicado em 1900, permitem-nos não somente conhecer um Brasil lido e narrado pelo escritor argentino Martín Garcia Mérou, como também compreender as representações sobre esse país postas a circular mundo afora por meio do livro *El Brasil intelectual*. Na organização do livro mencionado, que aborda questões referentes ao distanciamento entre brasileiros e argentinos, no que diz respeito à produção intelectual desses dois países, os capítulos são dedicados, respectivamente, ao pensamento de Silvio Romero (1851-1914), José Veríssimo (1857-1916), Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay (Visconde de Taunay) (1843-1889), Assis Brasil (1857-1938), Araripe Júnior (1848-1911), Joaquim Nabuco (1849-1910) e Rui Barbosa (1849-1923). Luciano e Bruna problematizam os recortes e as escolhas feitas pelo escritor, em especial a seleção dos pensadores e pensamentos brasileiros do século XIX, para construir o seu “Brasil intelectual” e questionam o apagamento de Machado de Assis da vida intelectual brasileira sob a ótica de Mérou. Com os olhares voltados para o Norte do país, o diplomata escritor, Garcia Mérou, reconhece a importância dessa região no que toca à origem dos pensadores brasileiros, bem como à localização da raça de “cepa genuinamente brasileira”.

Na perspectiva de compreensão do pensamento social expresso, agora, pela literatura brasileira, Solange Aparecida Hoeller, Carolina Ribeiro Cardoso da Silva e Vera Lucia Gaspar da Silva mostram-nos, em “‘A hora atual do mundo’: Carneiro Leão, Orestes Guimarães e a modernidade educacional no Brasil dos anos de 1920”, como

o desejo e o esforço de construir uma nação moderna pela via da educação estiveram fortemente evidenciados nas produções literárias do país. Tensionando os pares antinômicos que constituem a noção de moderno, e atentas à polissemia dos conceitos de modernidade, modernização e modernismo, as autores analisam duas obras de educadores que ocuparam espaço na cena pública nesse período: À margem da história da República – Tomo I (1924/1981), organizada por Vicente Licínio Cardoso, com estreitamento para o texto de Antonio de Arruda Carneiro Leão – Os deveres das novas gerações brasileiras; e Sugestões sobre a educação popular no Brasil, de Orestes de Oliveira Guimarães, publicada em 1924, no sentido de compreender os modos como certas narrativas discursivas imbricadas nessas noções foram construindo uma ideia de educação e de modernidade no Brasil dos anos de 1920. Considerados como representativos do “pensamento político e cultural renovado”, os textos prestigiados apresentam uma análise quase sempre comparativa entre passado, presente e futuro e suscitam possibilidades de compreensão não apenas do pensamento educacional, mas também do pensamento social dessa década.

O diálogo com as Ciências Sociais, a partir das publicações do intelectual e educador João Roberto Moreira, fez parte do investimento que Leziany Silveira Daniel apresenta-nos em “Educação e Ciências Sociais: discussões do intelectual brasileiro João Roberto Moreira (1912-1967)”. Tomando como fontes a revista Estudos Educacionais, do Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis, o livro Os Sistemas Ideais de Educação, de 1945, e os discursos proferidos pelo intelectual, a autora procurar demonstrar como os conhecimentos oriundos das Ciências Sociais na articulação com a Educação foram fundamentais à formulação e implementação de políticas de Estado, imbuídas de projetos de modernização da sociedade. Atuando em órgãos como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), no Brasil, João Roberto Moreira contribuiu com os debates sobre o campo da Educação e, em especial, sobre a concepção da Pedagogia como ciência elegendo a Sociologia como campo de estudos privilegiado para se pensar a relação entre a Educação e a sociedade, num momento em que se intensificava o processo de profissionalização e de racionalização da esfera educacional.

No plano da política de escolarização, Rita Cristina Lima Lages, em “O outro como modelo, exemplo ou lição: nações estrangeiras e a instrução pública em Minas Gerais no século XIX”, mobiliza como fontes os relatórios de presidentes de província e a imprensa periódica para analisar as experiências dos países estrangeiros que inspiraram a elaboração de propostas para o ensino público da Província de Minas

Gerais. A autora explora conceitos como circulação; apropriação e mediadores culturais, evidenciando o papel dos Presidentes mineiros como mediadores culturais – ou *passieurs culturels*, entendidos como “os sujeitos que se deslocaram para esse mundo recém-descoberto e que estabeleceram relações entre os dois mundos; que promoveram a circulação de ideias, projetos, costumes, hábitos, crenças, valores etc.”. Rita Lages enfatiza a necessidade de se levar em conta a mobilidade do mediador, bem como seu pertencimento a redes de sociabilidade como fatores que potencializam e efetivam a transmissão e a circulação da cultura apropriada. O movimento dos presidentes deu-se no sentido de instituir estratégias que pudessem colocar a Província mineira, por meio do exercício da instrução pública, no rol das nações tidas como civilizadas, como os Estados Unidos, a França, a Inglaterra, a Alemanha (Prússia) e a Holanda.

Adentrando na seara da temática do trabalho e da educação, Vera Lúcia Nogueira apresenta seu estudo, em “Instrução e educação do trabalhador no ideário educativo modernizador do Estado de Minas Gerais (1892-1920)”. Considerando as relações entre instrução, educação e modernização, a autora analisa os discursos proferidos pelos presidentes e legisladores mineiros, buscando apreender os elementos constitutivos desse ideário e, a partir do repertório mobilizado, compreender os possíveis sentidos atribuídos às reformas do ensino público, bem como os seus desdobramentos na instrução e na formação dos trabalhadores. Para tanto, Vera Nogueira toma como fontes as mensagens presidenciais e os anais do Congresso Mineiro, consideradas como locus privilegiado de materialização do discurso político de construção dos projetos de república. Também atenta à polissemia das palavras, a autora demonstra como a educação fez parte das ações modernizadoras realizadas pelo Estado de Minas Gerais ao lado, por exemplo, da reforma urbana que se traduziu na construção da capital, dos investimentos em infraestrutura, como construção de pontes, de estradas de ferro etc. Os presidentes da Província, além de compartilharem um espaço comum de sociabilidades e de formação intelectual eram, em sua maioria, bacharéis em direito. Em síntese, Vera Nogueira destaca que a educação foi assumida pelas elites intelectual e política como parte do ideário modernizador republicano que traduzia no ensino os anseios de uma sociedade que se formava e que aspirava a ser democrática, moderna. Nesse sentido, modernidade e cidadania entrecruzavam-se nos debates relativos à política de educação do novo regime.

Também atentos aos processos de modernização no país, Henrique de Oliveira Fonseca e Bruno Geraldo Alves, em “Ideários de modernização e suas confluências:

concepções de educação rural em Minas Gerais e São Paulo (1930-1940)”, analisam concepções e propostas para a educação rural utilizando como fontes dois periódicos: a Revista do Professor (1934-1939), de São Paulo, considerada um dos principais veículos de disseminação das concepções ruralistas de Sud Mennucci, e a Revista da Produção (1937-1942), porta-voz da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais e apoiadora da política centralizadora e intervencionista da ditadura do Estado Novo. Em São Paulo, acompanham o movimento de ruralização do ensino conduzido pelo professor Mennucci (1892-1948) e, em Minas, a ênfase é no projeto da Fazenda Escola de Florestal. Esse texto, entre outras contribuições, ilumina a compreensão acerca do processo de construção das concepções desqualificadoras e imagens idealizadas do rural e daqueles que nele habitam, bem como do projeto de modernização do campo pela via da educação.

Deixando o campo e a educação rural, mas transitando numa mesma temporalidade histórica, temos, com Caroline Maria Ferreira Drummond e Marcus Aurelio Taborá de Oliveira, um estudo sobre a produção de novas sensibilidades promovidas pelo trabalho industrial, apresentado em “A formação do trabalhador no jornal O Operário, de Montes Claros (1932-1945): A produção de novas sensibilidades ‘sem classes’”. Ao tomar como fonte a imprensa periódica, considerada pelos autores como um meio privilegiado de difusão das estratégias formativas dos trabalhadores, problematizam e ponderam sobre o que significa ser trabalhador na acepção desse jornal. No texto, Caroline e Taborá apontam retóricas que defendiam o trabalho como princípio básico da sociedade, bem como uma classe unida formada por trabalhadores de moral cristã e patrióticos. Eles também nos mostram como o jornal refutava qualquer agitação e tendência revolucionária, fazendo circular um discurso de união entre as classes em defesa da ordem, do progresso, da pátria e do bem comum. Por fim, os autores enfatizam o potencial que a pesquisa com impressos oferece para o entendimento da relação entre imaginários políticos, trajetórias formativas e educação das sensibilidades.

Na busca da compreensão das noções de moderno e de modernidade, nas teses de direito natural e nas dissertações dos bacharéis brasileiros, o trio de autores, Daniel Luiz Santos Meneses, Gustavo dos Santos e Ilka Miglio de Mesquita, debruçou-se sobre a produção dos doutorandos da Faculdade de Direito de São Paulo, no final dos anos de 1850 a 1880. No texto, intitulado “Repertórios de cultura jurídica da Academia de Direito de São Paulo no século XIX: moderno e modernidade?”, os autores não somente avançam na compreensão de tais noções, como também possi-

bilitam acompanhar o movimento de configuração de uma cultura jurídica, no país, ao destacarem e analisarem os indicadores linguísticos que evidenciam as pregnâncias jusfilosóficas que circulavam no universo acadêmico do Direito na segunda metade do século XIX. Para os autores, a cultura jurídica que ali se originou mobilizou repertórios para contrapor indicadores das ciências jurídicas moderna, reafirmando conceitos carregados de concepções escolásticas.

Finalizando este livro, Marcus Vinicius Corrêa Carvalho examina os alicerces do ideário de civilização azevediana em “A poesia do corpo: civilidade, estética e educação moderna na concepção de ginástica escolar de Fernando de Azevedo”. O autor reafirma as polissemias e pregnâncias dos termos moderno, modernidade e modernização, problematizando os elementos constitutivos da emergência da civilidade e os debates formais da estética moderna que se fazem presentes nessa obra, com destaque para concepções de pedagogia moderna, caráter e organismo nacional. A ênfase de Marcus Carvalho incide, assim, nas proposições de educação do corpo que, por meio da ginástica escolar, tencionava a formação do homem moderno. Ao explorar as noções de civilidade, estética e ética, presentes na *Arte e na Cultura de Corte*, o autor problematiza as noções de moderno e de modernidade em sua história conceitual e explicita a percepção azevediana de “educação moderna”.

Com esses estudos e abordagens, este livro tem uma função que vai além de compor uma série de textos que, de uma maneira ou de outra, têm o moderno, a modernidade e a modernização como objeto de suas análises e/ou conceitos que podem ser operados. Ele reúne pesquisadores(as) que se dedicaram, por meio de suas investigações, a compreender fenômenos que dão a ver páginas específicas da história da educação brasileira e que hoje podem ser lidas graças ao Programa de Pesquisa que os alicerça. Por certo, não fosse o estabelecimento de protocolos, em comum, a serem seguidos, bem como os objetivos perseguidos por cada um dos autores que registraram suas análises e interpretações neste livro, a história dada a ler seria outra, como, aliás, é comum acontecer quando pesquisas independentes são realizadas. Nesse sentido, o Programa de Pesquisa – *Moderno, modernidade, modernização: a educação nos projetos de Brasil – séc. XIX e XX* – conclui mais uma de suas metas, demonstrando como um Programa pode congrega pesquisadores(as) de distintas regiões e instituições do país em prol da produção do conhecimento histórico. O que queremos com esse Programa de Pesquisa é fazer avançar a elaboração de uma teoria sobre o lugar da educação e da intelectualidade brasileira na construção da esfera

pública, bem como produzir entendimentos sobre as noções de moderno, modernidade e modernização, presentes nos projetos de Brasil.

Essa intenção de avanço teórico torna-se cada vez mais evidente na medida em que os(as) pesquisadores(as), envolvidos com o propósito de realçar o papel da educação na construção do pensamento social e político brasileiro, trazem-nos pontos de vista, propostas, experiências, ideias, narrativas discursivas e sensibilidades, de personagens – provenientes de segmentos sociais diversos, detentores de preparo científico e saberes diferenciados, muitos trazidos ao debate por intermédio de redes de relações sociais distintas – que ocuparam o lugar de produção da história da educação e, bem assim, da história de nosso país. O que fica evidente, com isso, é a capacidade inventiva desses sujeitos ao idealizarem e concretizarem suas ações no espaço público construindo, dessa forma, um lugar para sua fala e fazendo circular saberes que cada um, de modo particular, produziu ao idealizar projetos de nação que concebiam a escolarização como recurso civilizatório – um meio eficaz de promover a superação de hábitos, linguagens, costumes e comportamentos considerados inadequados, arcaicos, inferiorizados em relação aos modelos europeu e americano. Nesse sentido, dar a conhecer os projetos de Brasil subjacentes aos projetos de educação, seus idealizadores, bem como os seus meios e fins, adentrando pelos jogos e articulações políticas, pelas ideias, argumentos, conceitos e noções arregimentadas em prol de um diagrama que tivesse por escopo um Brasil moderno, foi/é/será o que propulsiona os membros do Programa de Pesquisa Moderno, Modernidade e Modernização.

As organizadoras

O moderno Tobias Barreto de Menezes no Brasil Império

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Todo homem tem a sua mania; e é infeliz aquele que não a tem; a minha mania, senhores, é pensar que grande parte, se não a maior parte dos nossos males, vem exatamente da falta de cultura intelectual do sexo feminino.
(BARRETO, 2012c, p. 175)

O que aqui serve de epígrafe foi pronunciado, em nome da modernização da educação no império brasileiro, por Tobias Barreto de Menezes no ano de 1878, na condição de Deputado da Assembleia Provincial de Pernambuco, quando defendia veementemente o Projeto nº 61 de autoria do também deputado Barão de Nazaré. O projeto que estava em terceira discussão objetivava a autorização da província a subvencionar, com a mensalidade de 100\$000, a jovem Josefa Agueda Felisbela de Oliveira, para ir estudar medicina nos Estados Unidos ou na Suíça. Foram muitos os argumentos utilizados por Tobias tendo em vista a autorização não somente dela, mas também de uma ex-aluna sua de nome Maria Amélia Florentino. O principal oponente ao projeto e, conseqüentemente, à ideia de educação superior para a mulher era o médico e deputado Malaquias Antônio Gonçalves (Dr. Malaquias). Este foi veementemente contra tal investida por parte da Província e buscou, na tradição, nos costumes locais e na Fisiologia, a bandeira de luta em prol da preservação dos lugares destinados ao homem e à mulher brasileiros.

Nas defesas de um e outro deputado, bem como no projeto de lei intitulado paternogógio, de autoria de Tobias Barreto, um ano depois, e ainda, em parte de sua obra, organizada em 10 volumes, podem-se perceber as ideias correntes, bem como

os repertórios mobilizados em prol de suas defesas, de modo que ao analisá-los é possível perceber como estava se construindo o pensamento social e o espaço público brasileiro, de uma maneira geral, e a educação em particular. Nesse sentido, ponderar as sociabilidades, a ambiência cultural, as interlocuções e as tensões presentes nos debates em que participou Tobias Barreto de Menezes faz-se condição *sine qua non* para alcançar tais objetivos, tendo em vista ter sido ele o mentor intelectual do movimento filosófico denominado Escola do Recife e, conseqüentemente, representante de boa parte dos intelectuais nordestinos a esta “Escola” vinculados.

Tal movimento passou por quatro fases, a saber: a rejeição ao ecletismo espiritualista em prol do positivismo e do darwinismo, e, segundo Paim (s./d.), do materialismo por meio de Silvio Romero (1860-1875), principal seguidor de Tobias Barreto; o rompimento com o positivismo tendo em vista a criação de uma doutrina nova (1875-1885); o enfrentamento simultâneo ao positivismo e ao espiritualismo por intermédio de publicações (1885 até início do século XX) e a fase em que o culturalismo filosófico dá lugar ao culturalismo sociológico (início do século XX até o fim da 2ª guerra mundial). Na visão de Carvalho (2000), é da insatisfação com o que estava acontecendo no Sudeste em termos de interpretação da realidade brasileira que irão Tobias, Silvio e seus “discípulos” vincular-se ao culturalismo. Isso para pensar a nação a partir da sua pluriethnia, enfocando índios e negros “escondidos” sob o signo do liberalismo europeu.

Sobre os ciclos da Escola do Recife, assim analisou o filósofo e estudioso das ideias filosóficas, no país, Antônio Paim:

Nos primórdios de seu surgimento, aqueles pensadores — que vieram a constituir o movimento que passaria à história com o nome de Escola do Recife — aspiravam a uma reforma total na ideologia dominante. Com sua crítica desejavam demolir não apenas o ecletismo e desalojar velhas doutrinas das escolas jurídicas. Sonhavam também, de certo modo, com a reforma dos costumes políticos. Nessa esfera é que a sua impotência se manifestaria desde logo. Tiveram mesmo que reduzir o seu raio de ação, refugiar-se, primeiro na filosofia e no direito, para acabar — os que sobreviveram até o período que se seguiu à primeira guerra mundial — circunscritos à esfera jurídica. Mas, o que realizaram no sentido de radicar no País um pensamento filosófico e por dar base científica ao estudo da sociedade e das suas relações jurídicas basta para situá-los como um ponto alto no processo de evolução de nosso povo e da constituição de sua cultura. (PAIM, [s./d.], p. 3)

Das quatro fases/ciclos da referida Escola/Movimento Tobias esteve nas três primeiras. E é justamente por ela, pelos produtos dela derivados, que se pode retrair a coerência de seu pensamento. Isso porque, por meio das fases da “Escola”, pode-se perceber, mesmo analisando-a, *grosso modo*, as rejeições e os reconhecimentos das ideias e teorias que compuseram o seu capital cultural. De modo que é possível destacar as obras e os caminhos que o conduziram a ultrapassar as barreiras socioeconômicas, revelando, para além de uma trajetória intelectual bem-sucedida e “os sentidos de uma vida” (DOSSE *apud* SILVA, 2003, p. 21), uma possibilidade de estudo em que a volta do indivíduo, da ação e dos fenômenos intencionais são o objeto, em detrimento dos grandes sistemas totalizantes, baseando-se para tanto no paradigma intelectual pragmático e interpretativo (SILVA, 2003, p. 20).

TOBIAS E SEU *LOCUS* DE ATUAÇÃO

Tobias Barreto, sergipano da Vila de Campos, nasceu em 1839, no mesmo ano que o alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos, com quem figura entre os patronos da Academia Brasileira de Letras, e do fundador da cadeira de número 23, o fluminense Joaquim Maria Machado de Assis, o que os coloca na mesma geração. Embora, historicamente, como nos alerta Silva (2003), viver no mesmo espaço temporal e ter a mesma idade não significa que se tenha a mesma experiência de vida e forma de pensar, logo, como ratifica Anne Kriegel, “[...] uma geração só se encontra constituída quando, retrospectivamente, se estabelece um sistema de referências aceitas como sistema de identificação coletiva” (KRIEGEL, 1979, p. 390 *apud* SILVA, 2003, p. 24). Nesse sentido, o tempo de Tobias Barreto, Machado de Assis e Tavares Bastos, como ficaram conhecidos, foi marcado por um Brasil imperial, escravocrata, de ideias eminentemente religiosas e onde também circulavam ideias estrangeiras a exemplo das francesas, o que de certa forma despertava uma visão crítica da realidade de então.

Esse Brasil foi o lugar deles. Como também foi o do mineiro Joaquim Feliciano dos Santos, que, assim como Tobias e Tavares Bastos, enveredou pela política a fim de criticar a escravidão, marcar posição liberal e criticar a monarquia, e do paranaense José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933), que, da mesma forma que Tobias, criou jornais com a intenção de reverberar suas ideias que, por vezes, destoavam de boa parte dos intelectuais positivistas. Tais homens e com eles muitos outros desse mesmo tempo histórico trataram de assuntos que remontam a uma organização da sociedade brasileira em aspectos basilares, a exemplo da política, da economia, da

cultura e da educação. No caso de Tobias, mais do que pela obra, ele é lembrado, sobretudo, pelos seus discursos e pelo concurso que fez e com o qual entrou na história das ideias brasileiras por defender teses “modernas” e que retumbaram no espaço público brasileiro.

Foi nesse concurso, em 1882, 7 anos antes de sua morte, que Tobias defendeu veementemente 51 ideias/teses que ao longo de sua vida e de suas leituras fora construindo. Três delas são mais significativas a este artigo: na área do Direito Natural, a de que o direito não é uma entidade metafísica, mas uma disciplina de forças sociais, o “princípio da seleção legal na luta pela existência”; a outra, na área do Direito Público, em que ele acentua que o ensino deveria ser gratuito e obrigatório, e por último, na área do Direito Civil, a de que “a incapacidade jurídica da mulher casada, posto que relativa, como é próprio o poder marital, seu associado lógico, já não tem fundamento acomodado à razão hodierna; o fundamento histórico em que ela ainda se apoia é um errôneo modo de compreender e salvaguardar os interesses da família e da sociedade” (BARRETO, 2012a, p. 60).

Estava Tobias, assim, a defender o que considerava moderno, certo, justo e condizente com o seu tempo, embora ponderasse que o espaço, necessariamente, não. Pensava ele que o Brasil, sob a influência do catolicismo e do positivismo, não deixava margem para que outras ideias se configurassem e servissem, senão de base para a interpretação da realidade, como um elemento importante que deveria ser considerado em sua formação. Estava ele referindo-se às ideias alemãs, sobre as quais dedicou a maior parte de seus estudos, sem, contudo, deixar de se ater às francesas, às inglesas, às portuguesas, às dinamarquesas, entre outras que compuseram o seu repertório que abarcava desde a filosofia à política, passando pela literatura e, sobretudo, pelo direito.

Assim como Tavares Bastos e Machado de Assis, Tobias Barreto figura no cenário nacional como homem de letras e que, tal qual outros membros de famílias humildes, conseguiu, por meio dos estudos, ascender mentalmente. Aos 12 anos, já alfabetizado, inicia seus estudos de Latim, concluindo-o aos 15 anos, quando presta concurso para substituto de Gramática Latina, podendo ser nomeado para qualquer parte da província, mas não foi. Aos 18 anos presta novo concurso, desta feita para professor da mesma cadeira, mas para a cidade de Itabaiana, onde passa a ensinar até 1859, quando consegue licença e subvenção para estudar o curso jurídico fora de Sergipe. Antes de decidir pela Faculdade de Direito de Sergipe, ele, aos 22 anos, matriculou-se no Seminário Católico da Bahia, de onde saiu por discordar das ideias ali ensinadas.

No ano de 1862 segue para Recife, onde teve uma vida agitada social e culturalmente. Presta concursos, mas não assume, pois fora preterido, mas segue na vida, estudando, ministrando aulas particulares e escrevendo para os periódicos: *Ensaio Literário* e o *Futuro*, em 1864; *O Acadêmico*, em 1865; *A Luta*, em 1866; *Revista Ilustrada*, em 1866, *A Luta*, em 1867; *A Regeneração*, em 1868; o *Vesúvio* e o *Correio Pernambucano*, em 1869; *O Americano*, *A Crença* e *O Liberal*, em 1870, *O Movimento*, *A Província* e o *Jornal do Comércio*, em 1872; *Escola*, em 1874; *O Tempo*, em 1875; *O Século*, em 1878; *Correio da Noite*, em 1879; *A Lira*, em 1881; *A Estação Lírica*, em 1882; *Homenagem a Carlos Gomes* – número único – e *A Tribuna*, em 1882; *O Sahara*, *O Industrial* e *Folha do Norte*, em 1883; *A Arte Dramática*, em 1884; *Revista das Artes*, em 1885; *A Academia de Homens e Letras*, em 1888, além do *Diário de Pernambuco*, para o qual contribuiu em várias épocas (BARRETO, 1994). Em tais periódicos, Tobias inicia sua rede de relações não somente com os editores, mas com seu público leitor, este não necessariamente homogêneo e concordante.

Formou-se no ano de 1869, mesmo ano em que se casa com Grata Mafalda e, em 1871, vai residir na pequena cidade de Escada. Foi em Escada, sobretudo, que ele construiu e deixou aflorar todas as suas ideias acerca da religião, da filosofia e do direito, para além da crítica política social, tendo, nessas áreas, contribuições significativas. Nesse sentido, em Escada, montou uma tipografia e criou, editou e fez circular os periódicos: *Um sinal dos Tempos*, em 1874, que teve dez números; *A Comarca da Escada* e o *Der Deutscher Kaempfer*, em 1875, de ambos saíram cinco números; *O Desabuso* e *Aqui para Nós*, também de 1875, o primeiro com três números e o segundo com cinco; *O Povo de Escada* e/ou o *Escadense*, em 1876, que contou com duas edições; *A Igualdade*, de 1877, com apenas um número. Volta para Recife na condição de Deputado Provincial em 1878, com 39 anos, cujo mandato, pelo partido Liberal, termina em 1879, pois não consegue se reeleger. Nesse mesmo ano produz o jornal *Contra a Hipocrisia*, do qual saíram 16 edições. Em 1880 ele edita o periódico *Estudos Alemães*, e, em 1881, *O Martelo*.¹ Em tais periódicos ele ecoa suas análises mais maduras sobre os mais diversos temas e congrega ainda mais público leitor, exercendo a crítica e produzindo tensões.

¹ A atuação de Tobias Barreto, entretanto, não se limitou aos seus jornais, pois seus artigos também foram publicados em outros jornais pernambucanos.

Embora não se possa atestar a apropriação dos seus conteúdos, pela linguagem utilizada e pelos temas abordados que vão desde a política externa às questões mais específicas da cidade de Escada, ele revela erudição e um vasto repertório mobilizado, principalmente quando se soma àqueles avocados em seus livros e nos jornais anteriormente citados. A título de exemplo e com vistas a compreender as bases do seu pensamento e, conseqüentemente, de seus projetos que envolvem o Brasil, vale aclarar suas ideias acerca do Direito e da organização da sociedade difundida pelos jornais. Isso porque, na análise de Luiz Antonio Barreto (2012), como escritor de jornais, Tobias “[...] sabia da velocidade da imprensa como vanguarda das novidades transformadoras”, daí por que elencou uma vasta gama de autores estrangeiros e os traduziu em linguagem simples e direta para aquele que foi o alvo de suas críticas e esperanças: o povo. Queria ele, com isso, interlocutores.

Como já sinalizado, para Tobias, o Direito era um produto cultural e como tal devia ser entendido, afastando-se por certo dos dogmas do que até então era ensinado como Direito Natural.² De forma tão veemente quanto defendeu a ideia do direito como um produto da cultura humana, ele entendeu que o papel da filosofia era a meditação sobre as ciências e que ela tem a crítica ao conhecimento como objeto — não aumenta o saber, mas busca as origens. A noção de liberdade para Tobias talvez seja a mais complexa de se entender, embora muito embasada teoricamente. Contrariando os ideais franceses de “igualdade, liberdade e fraternidade”, ele entendeu ser a liberdade algo antitético à igualdade, pois a liberdade opera enquanto princípio, na realidade dos fatos ao expressar-se como direito, bem como um fator gerador de desigualdades, isso porque enquanto a igualdade funciona não como direito, mas como uma tendência objetiva desejada pelos indivíduos, ela retira dos indivíduos a liberdade que lhe é conferida por dotes naturalmente distintos. Assim sendo, um país não pode ter a liberdade como base sem que para isso os mitos em torno do conceito de igualdade sejam desmitificados, quando não desconstruídos.

Tais ideias, aqui por certo muito sumariadas, que figuram na história das ideias brasileiras, em especial a dedicada ao Direito, sinalizam para a importância do sergipano no campo intelectual, mas não se restringem a ele, pois também suas contribuições estão na literatura. Sendo nesta um dos fundadores do condoreirismo,

² Sobre isso escreveu acerca do “Fundamento do Direito de Punir” (1881). É de Tobias também o primeiro artigo no Brasil sobre os delitos por omissão, além de artigos sobre codelinquência e faculdades jurídicas.

expressão poética da terceira fase do romantismo, que se dedicou, como temática, às questões sociais. Mas Tobias também figura na História da Educação pela defesa da emancipação feminina por meio da formação superior, como também pela “ideia” do projeto de lei do paternogócio, que criaria, não fossem os impasses na Assembleia provincial de Pernambuco, uma escola superior feminina de modelo alemão em pleno século XIX. Assim sendo, tê-lo na condição de homem de ideias e de ação auxilia, concomitantemente, a perceber o que se pensava no e acerca do espaço público brasileiro, bem assim como se constituía o exercício intelectual do seu tempo.

Nesse sentido, cabe a pergunta: de onde vêm as ideias dos intelectuais? No caso de Tobias, embora seja óbvia a resposta, dadas as suas declarações acerca da sua “germanomania”, não é tão simples e precisa. Foram vários os autores citados por Tobias em seus escritos e das mais distintas nacionalidades. A título de exemplo, somente no livro *Estudos Alemães*, ele cita mais de 150 autores das mais diversas nacionalidades. São exemplos o literato português Rabelo da Silva; o também literato português e historiador Alexandre Herculano e seu crítico, o hebraísta francês Edmond Schen; o escritor dinamarquês Georges Brandes, que disse estar a Dinamarca atrasada quando comparada à Alemanha; os alemães Leopold Richt, Immanuel Kant, Spencer, Iering, Hardman e tantos outros de tamanha importância à história das ideias.

Tais autores não são, por certo, todos admirados por Tobias, inclusive alguns alemães. Mas eles são chamados ao contexto em que escreve, ora para ilustrar alguma ideia difundida, ora para serem subjugados por um ponto de vista considerado por Tobias desqualificado; ora para legitimarem alguma “tese” defendida. Nesse sentido, são os alemães que saem na frente em tudo. Não somente nas ideias, mas nos exemplos. Tobias assim juntava-se a Canyle na Inglaterra, a Sanetis na Itália e a Renan na França para disseminar a cultura alemã (MERCADANTE *apud* BARRETO, 2012b).

Paulo Mercadante assim sintetizou a sua relação com o germanismo:

O germanismo de Tobias confundiu-se com o naturalismo científico e com o movimento neokantiano, de ambos inspirando-se. Não consistiu no culto a filosofia germânica como decorrência da alienação de seu espírito. As críticas frequentemente alcançaram os pensadores alemães, já no combate ao antissemitismo de Von Treitschke, já na crítica ao reacionarismo de

Adolfo Jullineck, ou na defesa do haeckelismo quando Samper o refutava na Zoologia. Também investiu contra os positivistas alemães, considerando-os tão dogmáticos quanto os franceses, e, em 1887, diante da passividade liberal à pressão conservadora, insurgiu-se contra a própria Alemanha. (MERCADANTE *apud* BARRETO, 2012b, p. 43)

Mercadante também deixa claro que a suposta alienação de Tobias com os alemães é dirimida quando se aprecia sua obra por completo, pois quem o faz tem claro que o que Tobias queria era, uma vez constatado “o estado lastimável dos estudos filosóficos”, chamar a atenção para “as tendências do seu tempo”. E é justamente na cultura alemã que Tobias busca os exemplos e os autores para defesa de sua ideia de ensino superior para mulheres. Foi no exemplo da judia alemã, a escritora Fanny Lewald, nos escritos do Clemens Nohl sobre a necessidade de educação de homens e mulheres, nas análises do holandês Van der Wyk, quando este afirma que há diferença entre mulher sábia e mulher instruída e que uma nação civilizada necessita é de mulher instruída, que Tobias desbancou o estudo do israelita alemão Adolfo Jullineck, que defendeu a mulher pela ótica da psicologia, deixando-a numa posição privilegiada, mas nem de longe em condições intelectuais de igualdade, fato que contraria Tobias, pois para ele a educação feminina, entendida como aquela que prepara também para o trabalho, era condição *sine qua non* de progresso e modernidade.

Na defesa da educação superior feminina, Tobias deixa claro que pesquisou com afinco acerca da educação da mulher e das suas potencialidades, trazendo à tona vários exemplos de mulheres bem-sucedidas na ciência, a exemplo da russa Nadeschda Suslowa e de Elisabeth Morgan, as primeiras mulheres a formarem-se médicas na Universidade de Zurich. Na defesa, ele mobilizou um repertório contundente que perpassava uma gama de teorias a exemplo da seleção natural de Darwin e da lei da conformação ou adaptação indireta de Ernesto Haeckel, segundo a qual os indivíduos, mesmo da mesma espécie, são diferentes. Ele também demonstrou conhecimento de como a mulher era tratada pelo catolicismo, citando trechos da *Bíblia* em que era subjugada, bem como da fisiologia, anatomia, morfologia, química e biologia e do que nessas ciências estava sendo pesquisado acerca do cérebro e da sua função. A defesa culminou também num elenco de nomes de mulheres que constam na história da filosofia e da ciência, a exemplo de Clobulina, primeira filósofa que viveu na época dos sete sábios; Targélia de Mileto; Aspásia,

a mestra de Sócrates; Helena Calderini, que substituíra o pai em aulas de Direito na Universidade de Pádua; Ana Morandi Manzolini, professora de Anatomia, bem como várias outras colegas suas na Universidade de Bolonha.

Além dessas mulheres, citou exemplos bem-sucedidos de francesas, italianas, alemãs, norte-americanas, todas com o intuito de aprofundar a capacidade intelectual da mulher, estando esta apta à emancipação civil e social, isso porque a emancipação política ele confessava não querer “por ora”. Estava Tobias bem convencido de que a emancipação política só viria depois, quando a emancipação iniciada pela educação e formação profissional desse à mulher o lugar que lhe era devido, ou seja, o do trabalho e da independência. Nessa defesa, vários outros argumentos foram postos em xeque, tanto da parte de Tobias quanto de seu opositor, o Dr. Malaquias, que pela via da fisiologia, sobretudo, ratificava a ideia da inferioridade feminina para os estudos a partir de algumas pesquisas que afirmavam ser o cérebro feminino menor do que o masculino e que, portanto, a mulher era inferior intelectualmente, devendo-se esta se dedicar ao marido e à educação dos filhos. Tais argumentos revelam explicitamente o que era pensado e reverberado em termos educacionais no Nordeste do Brasil.

A VIDA, A CRÍTICA E O DEBATE REVELANDO O MODERNO

Foi no ano de 1881, quando ele já não mais era deputado que, por motivos pessoais e políticos envolvendo a herança do sogro e a alforria de escravos da família, Tobias e a família saíram de Escada rumo a Recife, onde sobreviveu dando aulas particulares até o ano de 1882, quando finalmente passa em concurso público para lente substituto da Faculdade de Direito de Recife. Embora Tobias venha a falecer em 1889, com 50 anos de idade, e tenha passado pouco tempo na condição de professor da referida faculdade, ele tornou-se o grande nome daquela instituição, haja vista até hoje aquela ser considerada “a casa de Tobias”, onde figura seu busto e seu legado intelectual.

Embora sua estadia na Província de Pernambuco deva ser considerada, foi apenas nos últimos cinco anos de sua vida que ele comandou as mentes daqueles que, seus alunos, tornaram-se, confessadamente, a partir dele, contribuintes da história jurídica e literária do Brasil, a exemplo, respectivamente de Clóvis Beviláqua, autor do primeiro Código Civil brasileiro, e Silvio Romero, autor da *História da literatura brasileira* e *História da Filosofia no Brasil*. Na faculdade, ele soube agitar. Poeta nato,

com uma oratória reconhecidamente atrativa, como afiançou Graça Aranha, um outro seu aluno e que presenciou o concurso que o fez adentrar à Faculdade como Professor. Sobre o concurso revelou:

O concurso abriu-se como um clarão para os nossos espíritos. A eletricidade da esperança nos inflamava, esperávamos, inconscientes a coisa nova e redentora. Eu saía do martírio, da opressão para a luz, para a vida, para a alegria. Era dos primeiros a chegar ao vasto salão da Faculdade e tomava posição junto à grade, que separava a Congregação da multidão dos estudantes. Imediatamente Tobias Barreto se tornou o nosso favorito. Tobias, mulato desengonçado, entrava sob o delírio das ovações. Era para ele toda a admiração da assistência, mesmo a da emperrada Congregação. O mulato feio, desgraçoso, transformava-se na argüição e nos debates do concurso. Os seus olhos flamejavam, da sua boca escancarada, roxa, móvel, saía uma voz maravilhosa, de múltiplos timbres, a sua gesticulação transbordante, porém sempre expressiva e completando o pensamento. O que ele dizia era novo, profundo, sugestivo. Abria uma nova época na inteligência brasileira e nós recolhíamos a nova semente, sem saber como ela frutificaria em nossos espíritos, mas seguros que por ela transformávamos. Esses debates incomparáveis eram pontuados pelas contínuas ovações que fazíamos ao grande revelador. Nada continha o nosso entusiasmo. Tobias Barreto fez a sua prova de preleção oral. O orador atingiu para a minha sensibilidade ao auge da eloquência. Quando terminou, recebeu a mais grandiosa manifestação dos estudantes, a cujo entusiasmo aderiram os lentes unânimes. Foi então que, tomado de um impulso irreprimível, saltei a grade e por entre as aclamações dos estudantes e diante do assombro da Congregação, atirei-me aos braços de Tobias Barreto, que me recolheu comovido e generoso. “Já é acadêmico?” perguntou-me, admirado da minha pouca idade. “Sim, calouro.” Abraçou-me, novamente. “Pois bem, vá a minha casa esta noite.” Que deslumbramento! Nunca mais me separei intelectualmente de Tobias Barreto. (GRAÇA ARANHA, 1931, p. 147)

Ainda rememorando sua relação com as ideias de Tobias, revela Aranha, uma vez diplomata, escritor e Membro da Academia Brasileira de Letras:

São passados mais de quarenta anos desse grande choque mental, e ainda ressinto em mim as suas inefáveis vibrações. Por ele me fiz homem livre.

Por ele saí dos nevoeiros de uma falsa compreensão do universo e da vida. Por ele afirmei a minha personalidade independente e soberana. A lição de Tobias Barreto foi a de pensar desassombadamente, a de pensar com audácia, a de pensar por si mesmo, emancipado das autoridades e dos cânones. (GRAÇA ARANHA, 1931. p. 147)

Aqui vale ressaltar, a fim de perceber a ambiência cultural e a sociabilidade advindas do contato com Tobias, que Graça Aranha foi diplomata em vários países da Europa e foi conhecedor das tendências vanguardistas, sendo considerado, no Brasil, um pré-modernista e um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922. Mas, como que se espelhando no mestre, rompe com a Academia Brasileira de Letras, pois a considera retrógrada e fechada às tendências renovadoras que envolviam a arte, a música e a poesia. É de sua autoria *Espírito moderno*, de 1925. Graça Aranha, tal qual foi o jurista Gumerindo Bessa, opositor de Rui Barbosa à questão do Acre, fez parte da geração de estudantes a qual Tobias mobilizou. Isso porque as ideias que trazia vinham ao encontro da ideia de mudança tão querida pelos estudantes nortestinos. Foi por isso que autores como Comte, Littré, Dubost, Roberty e depois Spencer, Huxley e Haeckel foram ganhando espaço nas suas estantes (BEVILÁQUA, 1989). Na visão de Beviláqua, “Esses guias, porém, se lhes davam uma concepção geral do mundo, eram silenciosos em relação ao Direito, ou mal lhes dedicavam frases parcas e insuficientes. Tobias veio satisfazer-lhes essa necessidade mental, preenchendo a lacuna existente no conjunto das suas ideias” (1898, p. 47).

Sua trajetória pessoal e intelectual, que necessariamente recaí na liderança do grupo de intelectuais da referida Escola do Recife, revela também como um mulato pobre, da menor província do Império, consegue galgar um patamar significativo na hierarquia intelectual, entendida aqui como uma pirâmide que tem por base aqueles pensadores de repercussão local e no topo aqueles cujas ideias extrapolam as barreiras locais e transcendem os limites nacionais. Mas se, por um lado ele arrebanhou adeptos, fossem alunos, editores³ e/ou leitores, a exemplo do Barão de Tautfeuss, Carvalho Lima Júnior; Artur Orlando, do colega João Vieira que fora influenciado por ele no tocante ao Direito Criminal, por outro ele arregimentou inimigos. Foram muitas

³ Editores dos jornais, a exemplo de Ulisses Viana, do Recife; bem como os do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

as antipatias, a começar pelos colegas José Soriano de Souza, José Higino Duarte Pereira, João Vieira, que de amigo passa a inimigo, Barros Guimarães, Anibal Falcão e Alvares da Costa, todas essas pessoas que de um modo ou de outro Tobias considerava “idiota”, “bobo”, “mediocre”, “asno”, “limitado”, “imbecil”, “miserável”, “borrego”, “centopeia”, entre outros adjetivos. Alguns desses, como foi o caso do seu colega professor José Higino, com o qual estabeleceu uma discussão acerca do *self-government*, revelam o tipo de tensão que Tobias podia causar.

José Higino defendera a tese de “Que é da essência do *self-government* a obrigatoriedade e gratuidade dos cargos públicos, segundo a doutrina de Gneist, ou a autonomia da administração local, segundo a doutrina de Lourez Stein”. Tobias, germanófilo confesso, não só o chamou a explicar-se como a provar onde tinha encontrado tal contrassenso, como também revelou um grau de erudição sobre o tema, chegando a humilhar com uma lista de inúmeros teóricos, supostamente lidos, que ao autor citado como base do estudo de Higino, Oscar Gluth, estavam associados, desbancando de público a tradução e a interpretação produzida pelo referido professor. Escreveu Tobias:

Quando mesmo do trecho de Gluth se depreendesse alguma coisa neste sentido, não vinha nada ao acaso. Porquanto, o que se queria não era o modo de ver de um Gluth, ou de um Glaser, de um Knies, ou de um Freund, de Walcker, ou de um Meyer, e de todos os mais que se têm ocupado de Gneist; mas eram as palavras de Gneist mesmo, formulando aquela doutrina. Isto porém, não fez o Sr. Dr. Higino. (BARRETO, 2012a, p. 185)

Defesas e contra-ataques foram lançados, mas a cada um deles Tobias revelava-se ainda mais conhecedor de temas que compunham os repertórios nacional e internacional. Foi assim com José Higino, foi assim com vários outros que de certo estimulavam a Tobias leituras, análises e interpretações cada vez mais elaboradas. Também alguns tentaram tirar-lhe os créditos, como foi o caso dos padres maranhenses Raimundo Alves da Fonseca e João Tolentino Guedelha Mourão, bem como do Poeta Euclides Faria (Lourenço Gomes Furtado), que, embora não assinassem, a história já os revelou como autores dos artigos publicados no jornal católico *A Civilização*, de 1883. Nele, são tecidos vários tipos de críticas a Tobias e entre elas está: “Parece-nos que o Dr. Tobias Barreto tem algum talento, mas talento em desordem, sem método seguro, sem princípios conhecidos ou provados. Esse defeito nele é tão profundo, que

nunca conseguirá publicar trabalho sério. Desde suas composições poéticas revela-se essa imperfeição mental” (*apud* BARRETO, 2012c, p. 181).

Respostas foram dadas no jornal *O Paiz* do Maranhão e que, mais uma vez, demonstram o quanto Tobias estimulava-se com as provocações e o quanto elas lhe renderam leituras e argumentos embasados em teorias modernas difundidas em todo o mundo. Nesse caso, foram 27 artigos por parte de Tobias, todos eles contrapondo as críticas expostas no *A Civilização*. A tensão produzida, nesse caso, deveu-se a um discurso de Tobias para os formandos da Faculdade de Direito de Recife (FDR) no ano de 1883. Nele, Tobias expõe suas ideias acerca do Direito e da Filosofia, deixando claro o quanto a Igreja Católica contribuía negativamente com a educação e a cultura, para além da liberdade de expressão. Assim como os padres maranhenses, já haviam reagido a Tobias vários outros. E, ao passo que as tensões eram produzidas, uma ambiência cultural distinta daquela até então se delineava. Dessa feita com interlocuções díspares, antitéticas, revelando para os leitores, em especial dos jornais, distintas formas de conceber a realidade.

Com o agenciamento do germanismo, Tobias dava ao leitor a opção de um *locus* privilegiado dos fatos analisados. Foram temas, entre vários outros, por ele abordados: teologia, protestantismo, astronomia, botânica, assuntos do direito e da administração pública, o poder moderador, reforma constitucional, crítica ao imperador, política externa, sobre o que seria direito autoral, além daqueles eminentemente ligados à cultura alemã, a exemplo do que pensavam os teóricos já citados acerca do monismo filosófico, da indústria, da literatura, da filosofia, da política, da cultura, da educação e tudo mais que envolvesse a Alemanha e que chegasse ao seu conhecimento. Conhecimento esse produzido pela leitura de almanaques, revistas, jornais e dos seus cerca de 200 títulos em alemão, e que, por sua vez, recai na educação e no trabalho da mulher. Sendo cada um desses temas motivadores de intensos debates na imprensa nordestina e, por vezes, na Corte do país, mediante a reprodução de seus artigos, por Silvio Romero, que, desde o final da década de 1870, estava instalado no Rio de Janeiro, onde atuava ora como juiz, ora como professor do Colégio Pedro II, além de escritor.

Em especial nos artigos “A alma da mulher”, “A mulher e o amor” e “As flores perante a indústria”, pode-se perceber não somente a filiação de Tobias ao germanismo, como o que queria com a criação do paternogógio, em 1879, e a educação superior da mulher. Suas inspirações para o paternogógio, como ele mesmo revelou, estavam em Johann Henrich Pestalozzi (1746-1827), Friedrich Frobel (1782-1852) e Friedrich Adolph Diesterweg (1790-1856). Todos envolvidos em uma

espécie de Pedagogia Social e sem distinção de gênero. Pestalozzi, conhecido pela teoria do desenvolvimento,⁴ autor de “Leonardo e Gertrudes”, que elege a mulher como principal educador, propõe, tal qual Rousseau, uma educação pela imitação da natureza, mas sendo a família o elemento central na educação da criança do povo. Tal educação familiar deveria ser reproduzida/imitada pela educação pública, pois “[...] a segunda só tem valor para a humanidade se imitar a primeira” (1996, p. 144).

Froebel, seguidor de Pestalozzi, e conhecido por ser o criador dos jardins de infância, centra as suas ideias acerca da educação nos princípios da liberdade e da atividade. Escreveu, em 1826, *A educação do homem*, em que expressa sua teoria que vai de encontro à ideia de que o homem é receptivo e depositário, concebendo o ser humano, respeitando as etapas pelas quais passa,⁵ como dinâmico, produtivo e possuidor de uma força autogeradora. Quanto a Diesterweg, este foi o primeiro a falar de uma pedagogia social, não como a que temos hoje, mas que articulasse a educação à vida social e que tivesse por princípio a educação do povo, esta, por sua vez, pautada pelos conhecimentos da História, da Política e das Ciências Naturais. Diesterweg defendeu também a independência da escola da Igreja, bem como que ela fosse pública.

Nesse sentido, tanto as ideias de Pestalozzi e Froebel quanto as de Diesterweg embasaram a ideia do paternogócio na medida em que, para Tobias, já era tempo de “[...] compreendermos que o belo sexo em Pernambuco, bem como no Brasil inteiro, tem o direito a maior soma de instrução do que lhe tem sido até hoje fornecida pelos poderes públicos. A escassa instrução elementar [...] que a província proporciona às suas filhas não satisfaz [...] as exigências da época” (BARRETO, 2012, p. 207). Tais exigências, por sua vez, recaíam numa educação superior feminina, pública e útil, fugindo, assim, da “esterilidade” característica da educação até então ministrada às mulheres.

No artigo “A alma da mulher”, feito em dois tempos, em 1874 e 1881, Tobias contrapõe-se ao alemão israelita Adolfo Jullinek, que, no Ginásio de Viena, produz uma conferência sobre o que Tobias denominou de “ensaio sobre a ginecologia bíblica”. Embora ele diga ser o rabino acima da média do senso comum, tem-no como óbvio e bitolado pela ideia de que a mulher deve ter seu papel de destaque na família

⁴ Fundamentou a educação no desenvolvimento orgânico e não na transmissão de ideias. Para ele a educação deveria ter como primeiro passo o despertar dos sentimentos religiosos, mesmo antes de a criança conhecer as palavras e os símbolos.

⁵ As fases vão desde a infância à idade adulta.

e este ser considerado digno, mas que a tem mais como um ser frágil, receptivo e sensível do que forte, produtivo e inteligente. A existência de tais predicados, para Tobias, não a impossibilitava de uma adaptação superior em que, uma vez fornecidos os meios e as condições, ela pudesse ascender intelectual e profissionalmente.

Evocando conhecimentos de biologia, botânica, zoologia, astronomia, antropologia, física, além de mitologia, Tobias destitui a visão romântica, poética e retórica tão comuns àqueles que, quando muito, enalteciam e/ou qualificavam a mulher, baseando-se para isso em suas características femininas. Tobias acusou os brasileiros, a partir de H. Kléncke, de numa “fotofobia intelectual”, pois estes tinham medo da luz e da claridade e por isso resistiam a educar o “belo sexo” (BARRETO, 2012b, p. 68). A partir dos escritores Josefina Freitag, Eduard von Hartman, Schopenhauer e H. Holtzerndorff, ele argumenta que a educação até então ministrada à mulher era uma “instrução sistemática da vaidade”, portanto, estéril.

Foi em nome da educação superior feminina que Tobias também chamou ao argumento autores como o alemão Clemens Hohl, que disserta favoravelmente sobre a educação ser ministrada a ambos os sexos, e os exemplos da escritora e romancista Judia Fanny Lewald e das escritoras feministas Betty Paoli (Barbara Elisabeth), Mariana Hainisch, Augusta von Litrow, Joana Leitenberger e Josefina Wetheimstein. Todas reconhecias no cenário intelectual do seu tempo.

No artigo “A mulher e o amor”, o autor, em forma de diálogo entre Lísis, Terpandro, Memnon e Diófilo, para além de revelar seu dote literário, conduz o diálogo de forma a demonstrar as etapas históricas pelas quais passou a visão acerca da mulher e, por isso, trata do amor, da virgindade, da religiosidade, entre outros aspectos. Chega ao ápice quando por meio da fala de Diófilo expressa:

Todo o mal vem de que a mulher tende a subir e o homem só quer descer, todo mal vem de que os legisladores, os políticos, os filósofos, mesmo no egoísmo de suas meditações, se esquecem dela, quando dela só se lembram os poetas que não fazem lei, os poetas que não criam doutrina, os poetas que não governam o mundo [...]. Faz-se ainda necessária uma revolução que proclame os direitos da mulher; ela que já teve tão pouco apreço, que era avaliada por uma cabeça de animal, tempo há de vir em que há de valer tanto quanto a cabeça de um gênio. (BARRETO, 2012b, p. 128)

No artigo “As flores perante a indústria”, Tobias deu mostra de que buscava uma saída para a “educação estéril” que estava sendo ministrada à mulher. Como argumento

para que as mulheres se profissionalizassem e assim contribuíssem com a economia do país, ele contrapõe o antigo e o moderno e faz alusão aos benefícios deste em detrimento daquele. Nesse artigo a filiação de Tobias à modernidade é explícita. Ao chamar para compor a narrativa a escritora alemã Gayette Georgens, ele sinaliza como alternativa de trabalho para as mulheres o cultivo das flores, a jardinagem, mas não como algo bucólico e como sinônimo de trabalho leve e, portanto feminino, mas como meio de ascensão e independência econômica. Baseava-se para isso no fato de que “há uma coisa melhor do que aspirar inutilmente uma bela flor, ou vê-la inutilmente murchar nos cabelos de uma mulher — é vendê-la por um bom preço”. Ele ainda dá alternativas de negócio quando expõe: “Quem a compra? O perfumista, ou outro qualquer que saiba pôr a parte aromática, a parte medicinal, a parte decorativa, e até mesmo a parte simbólica das plantas e das flores a serviço da indústria” (BARRETO, 2012b, p. 194).

Tal cultivo e a concepção da jardinagem, entretanto, como “um digno emprego da atividade humana”, tal qual concebido pelo príncipe Herman Pueckler da Rússia, sobre o qual fez estudo em vários jardins, não se daria à revelia de uma preparação, e esta, por sua vez, deveria ser ministrada dentro das instituições de ensino. Nesse sentido, atribui a falta de interesse feminino pelo tema e pela abordagem às escolas que não lhes ensinam o potencial de tal empreitada. No artigo, ele também associa a essa educação para o trabalho os exercícios físicos que tal tipo de cultivo proporciona, julgando que “[...] o trabalho dos jardins e o jogo dos movimentos devem ser de tal arte que contribuam para a beleza e a saúde das moças, [de modo que] temos dito tudo que importa a uma perfeita educação” (BARRETO, 2012b, p. 197). Estava Tobias com isso, também se filiando aos exercícios corporais tão requeridos pela educação moderna.

E foi tecendo argumentos em prol da modernização das ideias e ações brasileiras a partir da cultura alemã que Tobias articulou uma rede da qual faziam parte os escritores: Wilhelm A. Sellin, de Leipzig; Paul Apflstedt, de Dusseldorf; o botânico Karl Keck, de Berlim; Richard Lesser; Ernest Haynel; Paul Buckow; Robert Schroeder; B. Cramer; Frederico Kuntze; Paul Bachmann, E. Klotz também de Leipzig e membros do Clube dos Cosmófilos. Foi Tobias, inclusive, chamado a fazer parte da comitiva do príncipe alemão Henrich, quando este esteve em Pernambuco. Tobias, inclusive, levou-o a Escada, onde pôde demonstrar àqueles que o haviam chacoateado pela sua germanomania que foi ouvido até pela nobreza alemã, para além daqueles que fizeram parte de sua rede e que o divulgaram, a saber: Alfredo Waldler, de

Leipzig no Gartelenlanhe, nesta mesma cidade há também matéria sua no *Magazin für Literatur*, bem como no *Export de Berlin*, além do *Kölnische Zeitung* (Gazeta da Colônia) do Rio Grande do Sul. Ernesto Häckel dissera que Tobias “parecia pertencer à raça dos grandes pensadores” (BARRETO, 2012b, p. 225).

Ao analisar a trajetória e a obra de Tobias, fica claro quão indissociável estas são da sua ação política, o que não quer dizer que para se entender o(s) sentido(s) dos seus textos basta associá-los ao campo da ação ou a seu contexto, mas também ao seu “exterior”, às suas condições pragmáticas, bem como ao trabalho de leitura e interpretação de teóricos produzidos pelo autor. Nesse caminho, entender os sentidos de sua vida e dos seus textos, em especial daqueles dedicados à educação da mulher, desvela não somente a corrente à qual ele se filia, os autores com os quais dialogou e/ou tencionou, as redes que compôs, bem como o produto que dessa visão de mundo se gerou, mas uma atmosfera que vai além daquela do eixo cultural Sul-Sudeste, que, embora mais notória, não é a única que forma a ambiência cultural do Brasil imperial.

Baseando-se em Croce, Norberto Bobbio (2003) analisa a missão do homem de cultura, que necessariamente está atrelada a sua função política, e, para fugir da antinomia “traidor ou inutilizador”, ele reforça a ideia de que há uma força não política, embora esta exista e seja um elemento vivificador das cidades. Sobre essa força que é moral e que deve ser alimentada, ele assim concluiu:

Na medida em que [o homem de cultura] defende e alimenta valores morais, ninguém pode acusá-lo de ser escravo das paixões partidárias. Porém, ao mesmo tempo, na medida em que adquire consciência bem clara de que estes valores não podem ser desconsiderados por nenhuma república, sua obra de artista e de poeta, de filósofo e de crítico, torna-se eficaz na sociedade da qual é cidadão. Faça-se pois o homem de cultura, conscientemente, sem reservas nem falsos temores, portador dessa força não política: não será nem traidor nem inutilizador. (BOBBIO, 1997, p. 23)

Por certo, Tobias fez-se um homem de cultura, pois alimentou valores morais, criticou até aqueles que admirava, criou laços de amizade e gerou inimigos, escreveu, propôs soluções, defendeu, atacou, criou, mediou, engajou-se, pois tinha plena consciência de que uma “República” não se constituiria sem valores e que esses valores deveriam ser buscados nos bons exemplos que podiam ser encontrados nos livros ao alcance de qualquer um que sobre eles quisesse baixar sua cabeça. Era 1872 quando ele deixou a lápis: “Um dia haverá em que a escola dar-nos-á mães e esposas

republicanas e reanimará o vigor dos costumes, sem os quais não pode existir um povo verdadeiramente grande” (BARRETO, 2012b, p. 112).

Considerações finais

Ao considerar a vida, as ideias, alguns dos repertórios mobilizados, as ações e atuação intelectual de Tobias, cabe a pergunta: Até que ponto, no Brasil Império, mobilizar repertórios, incluindo autores nacionais e internacionais, era válido para a “elite letrada” e, conseqüentemente, força legitimadora das ideias, teorias e modelos que deveriam ser ensinados às gerações em formação?

Para responder a essa questão, faz-se necessário lembrar um fato muito conhecido na Faculdade de Direito do Recife, que repercutiu pelo Brasil afora e que envolve a figura do mais fiel amigo de Tobias, o também jurista sergipano e autor de vários livros, entre os quais *Interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos*, tese com a qual foi aprovado no concurso à cadeira de Filosofia do Colégio Pedro II, Silvio Romero. Em 1875, Silvio Romero fora reprovado na defesa de tese para o grau de doutor em Direito. O motivo: a célebre frase que pronunciara no calor das emoções: “a metafísica está morta”. A banca, eminentemente imbuída dos ideais católicos, fê-lo abandonar a prova, pois, além de não admitir tal tese, o que segundo Tobias não estava de todo certo, desconhecia completamente o autor em que Romero havia se embasado teoricamente. Tratava-se do alemão Rudolf von Iering de quem não somente Tobias e Silvio tornaram-se leitor e adepto, mas toda uma geração que por Tobias fora ensinada, fosse nas salas de aulas da Faculdade de Direito do Recife, fosse nas páginas dos seus livros e artigos.

Tal episódio foi, talvez, o motivo principal pelo qual Tobias não defendera tese. Em sua opinião, além de ser uma coisa à época comum e sem propósito, incitava a pilheria dos assistentes. Afirmou categoricamente: “A pretensão de tão alto grau quase sempre sujeita o pretendente a uma espécie de *retraite* intelectual, onde se esforça por despir-se do seu próprio pensamento a acomodar-se à túnica das ideias oficiais”. Ainda segundo ele, “[...] as teses da Faculdade [passaram a ser] um jogo de dominó, cuja ciência consiste sempre no mesmo processo de desmanchar e acertar as mesmas pedrinhas” (BARRETO, 2012a, p. 74-75). Nesse sentido, fica claro qual tipo de situação e ordenamento educacional ocorria no Brasil ou pelo menos em parte dele, ou, em outras palavras, como estava sendo organizado e legitimado o ensino superior no Brasil.

Ao adentrar nessa trajetória e perceber a qual escola de pensamento Tobias se filia e as tensões que ele produziu/participou, fica claro o que interferiu direta e indiretamente na sua visão de mundo e como ele se constituiu um observador de segunda

ordem, que, na acepção de Gumbrecht (1988, p.31), tem por principal qualidade a consciência de seu papel de observador do mundo e o fato de suas reflexões estarem atreladas à sua condição particular, de seu lugar no mundo. Tais reflexões, por sua vez, conectam-no à modernidade, uma vez que, segundo o mesmo Gumbrecht, o que caracteriza o início da idade moderna é o confronto entre o sujeito e o mundo de objetos, numa espécie de estranhamento em que o homem os lê e/ou interpreta, decifrando seus elementos como “significantes e dispensando-os como pura materialidade assim que lhes é atribuído um sentido”. Desse modo, o homem moderno diferencia-se do homem antigo exatamente quando, interpretando os objetos, revela-se produtor de saber e não guardião do conhecimento revelado por Deus, como faziam os medievais.

Gláucio Veiga, ao analisar a teoria política no Brasil de Tobias, assim se expressou:

[Tobias] reconhece que qualquer um tem o direito “de volver o olhar indagador sobre o futuro”. Aqui Tobias traz outra contribuição para sua teoria do Brasil: a distinção entre futuro induzido e futuro imaginado. Dizendo melhor: entre o futuro imediato facilmente sacado sobre a “grossa camada dos fatos importantes e geralmente observáveis” — Tobias sempre invoca os fatos, “os fatos mais altos” — entre o futuro induzido ou futuro imediato e o futuro imaginado “há uma imensa distância”. (VEIGA *apud* BARRETO, 2012d, p. 392)

Assim sendo, Tobias se compôs um homem moderno na medida em que suas ideias são reverberadas em seus discursos e somadas às suas observações de segunda ordem, produzindo se não algo de novo, de genuíno, como atestam alguns, uma necessidade de pensar e de agir pautada pela crítica, embasada teoricamente, tendo na cultura considerada por ele mais erudita o seu ponto de partida, o seu exemplo etnocêntrico, o que se, por um lado, parece ser uma cópia, uma apropriação, uma transplantação de ideias, por outro, induz uma ou mais gerações a não conformar-se com uma única forma de entender a vida social. Wittgenstein (1958, p. 146) tinha razão, pois “palavras também são atos”.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, Claudia Maria C. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.
- BARRETO, Luiz Antônio. *Tobias Barreto*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.
- BARRETO, Tobias. *Crítica de religião*. Rio de Janeiro: Solomon; Ed. Diário Oficial, 2012.
- BARRETO, Tobias. *Crítica política e social*. Rio de Janeiro: Solomon; Ed. Diário Oficial, 2012.
- BARRETO, Tobias. *Estudos alemães*. Rio de Janeiro: Solomon; Ed. Diário Oficial, 2012.
- BARRETO, Tobias. *Estudos de direito I*. Rio de Janeiro: Solomon; Ed. Diário Oficial, 2012.
- BARRETO, Tobias. *Estudos de filosofia*. Rio de Janeiro: Solomon; Ed. Diário Oficial, 2013.
- BASTOS, E. R.; RÊGO, W. D. L. (Org.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-191.
- BRITO, Rosa Mendonça de Brito. *O neokantismo no Brasil*. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997.
- CABANAS, José Maria Quintana. *Educación social: antología de textos clásicos*. Madrid: Narecea Ediciones, 1994.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Os projetos de Brasis e a questão da instrução no nascimento do Império. In: VAGO, Tarcísio Mauro et al. (Org.). *Intelectuais e escola pública no Brasil: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza, 2009.
- FREITAS, Marcos Cezar de. *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.
- GOMES, Ângela Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lillian (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.
- GONDRA, José. *Artes de civilizar: medicina, higiene, educação escolar, na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- IANNI, Octávio. *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- INKELES, Alex; SMITH, David H. *Tornando-se moderno: as transformações individuais ocorridas em países em desenvolvimento*. Tradução de Regina Helena R. Peres e Vera Maria Monya. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- LOPES, M. A. Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 39-48.
- MAGALDI, Ana Maria et al. (Org.). *Educação no Brasil, história, cultura, política*. Bragança Paulista: Edusf, 2003.
- MARLETTI, C. Intelectuais. In: BOBBIO, N. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UnB, 1977. v. 1.
- MERCADANTE, Paulo; PAIM, Antonio. Introdução. In: BARRETO, Tobias. *Estudos de filosofia*. Rio de Janeiro: Solomon; Ed. Diário Oficial, 2013. (Coleção Obras Completas de Tobias Barreto).
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A cultura ocultada, ou, A influência Alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX*. Londrina: EDUEL, 1999.
- NOVAES, Adauto. Intelectuais em tempos de incerteza. In: NOVAES, A. (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 7-18.
- PESTALOZZI, J. Carta de Stans. In: INCONTRI, D. *Pestalozzi: educação e ética*. São Paulo: Scipione, 1996. p. 140-158.
- PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*. (Aureliano Cândido – 1839-1875). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- REALE, Miguel. *Fundamentos do Direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940.
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da modernidade republicana*. Campinas: Autores Associados; Brasília: Ed. Plano, 2004.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-25.
- SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: REMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 231-269.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TAVARES BASTOS, Aureliano Candido. *A província*. Estudo sobre a descentralização no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.